



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 17 de fevereiro de 2020
(OR. en)

5992/20

COAFR 52
CFSP/PESC 115
RELEX 109
DEVGEN 20
COHOM 14
COHAFA 6

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

Assunto: Zimbabué

– Conclusões do Conselho (17 de fevereiro de 2020)

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o Zimbabué, adotadas pelo Conselho na sua 3747.^a reunião realizada a 17 de fevereiro de 2020.

Zimbabué**– Conclusões do Conselho –**

1. O Zimbabué está a atravessar uma crise multifacetada, profunda e prolongada. No entanto, a transição que se vive no país abriu as portas à realização de reformas económicas e políticas, ao que o Governo recentemente eleito se comprometeu. A União Europeia (UE) continua pronta a apoiar estas medidas, tal como foi sublinhado pelo Conselho nas conclusões adotadas em 22 de janeiro de 2018. Tirar partido das oportunidades de transformação real facilitará o processo conducente a um renovado e mais profundo empenhamento da UE, assente em compromissos mútuos e em valores partilhados, em consonância com a Agenda 2030, igualmente centrado nos direitos humanos, na democracia, na governação e no Estado de direito.
2. A mobilização da UE baseia-se no próprio programa do Governo, em conformidade com a Constituição do Zimbabué de 2013, bem como nas recomendações da Comissão Motlanthe sobre a violência pós-eleitoral e no relatório final da Missão de Observação Eleitoral da UE no Zimbabué. A UE congratula-se com a retoma de um diálogo político formal em 2019, que constitui um passo no sentido de uma relação mais construtiva entre a UE e o Zimbabué.
3. A ausência de reformas de fundo, a contínua redução do espaço democrático e a corrupção contribuíram todavia para o atual agravamento da crise humanitária e da situação económica e social.
4. A UE apela ao Governo do Zimbabué para que acelere urgentemente o processo de reformas políticas e económicas em benefício da sua população. Deverão ser rapidamente levados a tribunal os autores de violações e atropelos dos direitos humanos e aplicadas sem demora as recomendações da comissão de inquérito Motlanthe. Além disso, para encontrar soluções estruturais e duradouras para os desafios que o Zimbabué tem pela frente, é essencial que haja um diálogo nacional inclusivo.

5. Para melhorar o clima de negócios e de investimento no Zimbabué e lograr um crescimento e desenvolvimento inclusivos e sustentáveis da economia, é primordial que haja uma boa governação política e económica. O Acordo de Parceria Económica, aplicado desde 2012, continua a ser um elemento fundamental para atrair os investimentos nacionais e estrangeiros.
6. O Zimbabué atravessa atualmente uma grave crise humanitária, incluindo uma situação de extrema urgência em matéria de segurança alimentar, ainda mais exacerbada pelas alterações climáticas. A UE está a apoiar o povo do Zimbabué em vários setores, como o desenvolvimento económico, os cuidados de saúde primários e o reforço da resiliência, bem como através da ajuda humanitária que presta. Para tal, a UE intensificou consideravelmente o seu apoio desde 2019.
7. A UE decidiu renovar o seu embargo às armas e manter por um ano um congelamento de bens contra uma empresa em particular, a Zimbabwe Defence Industries, tendo em conta a situação no país, nomeadamente o alegado papel, ainda por investigar, das forças armadas e de segurança nos atropelos dos direitos humanos. Estão suspensas as medidas restritivas contra quatro pessoas. O embargo às armas, bem como o congelamento dos bens da Zimbabwe Defence Industries, não afetam a economia, o investimento direto estrangeiro nem o comércio do Zimbabué. Tais medidas são motivadas pela intenção da UE de incentivar as autoridades do Zimbabué a darem provas do seu compromisso de defender o Estado de direito e os direitos humanos.
8. A UE está pronta a rever a qualquer momento todas as suas medidas, se tal se justificar em função da evolução que se registre no país. A UE procurará reforçar a colaboração com os parceiros internacionais, e sobretudo com a União Africana, a SADC e seus países membros, bem como com as instituições financeiras internacionais, que podem desempenhar um papel essencial ajudando o Zimbabué a favorecer um diálogo inclusivo e a acelerar o avanço das reformas.